

Programa REVIVE

CASA DE MARROCOS

Daniela Simões (FCSH-UNL)

Introdução



Fig.1- Vista geral da aldeia de Idanha-a-Velha, observando-se, ao centro, o conjunto arquitectónico da Casa de Marrocos, nomeadamente o varandim em galeria e o volume torreado do edifício residencial.

Fonte:

<https://heraldicagenealogia.blogspot.pt/2014/06/casa-de-marrocos-sec-xix-xx-idanha.html>

A Casa de Marrocos situa-se na aldeia de Idanha-a-Velha, concelho de Idanha-a-Nova, integrando o distrito de Castelo Branco e a antiga região da Beira Baixa. A aldeia pertence actualmente à freguesia de Idanha-a-Velha e Monsanto, uma das 13 freguesias que na actualidade compõem, o concelho de Idanha-a-Nova¹. A povoação encontra-se a cerca de 20min de distância da sede de concelho (Idanha-a-Nova), a 3h30min de Lisboa e a 4h de distância de Madrid, destacando-se ainda por ser um dos 12 povoados que integram a rede de Aldeias Históricas de Portugal. A freguesia de Idanha-a-Velha e Monsanto é limitada a noroeste pela de Medelim, a oeste pela de Proença-a-Velha, e a sul pela de Alcafozes, sendo ainda atravessada pelo rio Ponsul de nordeste para sudoeste, por entre vales onde se fixaram as primeiras populações romanizadas no local, há cerca de 2000 anos, aquando da governação do Imperador Augusto (27 a. C.- 14d.C.).

Idanha-a-Velha apresenta um património etnográfico, arquitectónico e arqueológico rico e diversificado, consequência da importância e prestígio históricos deste local, o qual foi

¹Até 2013, o concelho de Idanha-a-Nova era composto por 17 freguesias, sendo uma desta a de Idanha-a-Velha, a qual correspondia, em termos territoriais, aos limites da aldeia homónima. Porém, o processo de reorganização administrativa do território das freguesias levou à sua redução para 13 no concelho em questão, de tal modo que a freguesia de Idanha-a-Velha acabou por ser fundida com a da aldeia vizinha, Monsanto, dela resultando a actual freguesia de Idanha-a-Velha e Monsanto.

cidade capital da Civitas Romana e posteriormente cidade episcopal durante a Alta Idade Média. Conquistada e reconquistada por inúmeras vezes ao longo dos séculos, a antiga urbe seria alvo de uma progressiva perda de importância geográfica e despovoamento a partir de do século XVI, situação que levaria a que, no século XIX, esta perdesse a categoria de concelho, transformando-se assim numa freguesia do concelho de Idanha-a-Nova, de fundação posterior.

As mudanças de cariz administrativo verificadas em Idanha-a-Velha ao longo do século XIX foram também acompanhadas de outras relacionadas com questões de propriedade, uma vez que sucessivas reformas de legislação levadas a cabo pelos governos liberais facilitaram a progressiva apropriação das terras de comenda por parte de grandes famílias que puderam assim ampliar significativamente o seu património. Tal situação favoreceu a criação de grandes latifúndios, sendo, no caso de Idanha-a-Velha, o maior pertença da família Marrocos, responsável pela edificação da casa homónima, algumas décadas mais tarde na povoação. A região da Beira foi uma das zonas do território nacional onde a reestruturação do regime de propriedade teve um maior impacto, desde logo devido ao facto de a agricultura constituir a sua principal actividade económica, pelo que tal reforma acabaria por acentuar ainda mais as disparidades económicas que há muito caracterizavam já a região. Por conseguinte, tal estrutura agrária, que “concentrava nas mãos de poucos o grande sonho das ambições de todos” levaria a que a grande maioria da população beirã em zonas rurais passasse a ser “constituída por trabalhadores assalariados ou ganhões, que apenas usufruíam o indispensável à vida, sem terra, sem casa muitas vezes, mudando de senhor ou mudando de lugar, conforme andam adstritos à gleba ou ao patrão” (RIBEIRO:1990, 237).

Consequentemente, tal conjuntura apenas conheceu mudanças significativas nos anos 60 e 70 do século XX, devido, numa primeira fase, aos forte movimentos de emigração que marcaram a região beirã, despovoando grande parte das suas aldeias, e, posteriormente, ao novo regime saído da revolução do 25 de Abril, o qual instaurou rupturas, mas também algumas marcas e conquistas de desenvolvimento, numa tentativa de redução de tais assimetrias. “A aldeia e os campos conservam, porém, ainda presentes, as estruturas mais ou menos intactas daquele arcaico sistema, mas também vestígios de outras épocas, que a posição periférica do território [idanhense] e a desertificação populacional ajudaram a manter” (CRISTOVÃO:2002, 4). Os inúmeros vestígios históricos e patrimoniais de várias épocas (romana, visigoda, medieval, ...) que abundam em Idanha-a-Velha contrastam com o número reduzido de construções contemporâneas, levando assim a que a Casa de Marrocos se

apresente como a mais importante obra de arquitectura do século XX de Idanha-a-Velha. Para tal contribuem vários factores: a sua localização no coração da povoação; a sua dimensão, cuja escala e área de construção diferem claramente dos exemplares de arquitectura popular que a rodeiam; a imponência e empenho na construção que levam a que o conjunto se distinga pela qualidade construtiva e de materiais empregues; e ainda o seu cariz simbólico ao pretender materializar o poder económico e distinção social dos seus proprietários.

Este conjunto, marcado pelo seu hibridismo arquitectónico assente num estilo *Português Suave*, foi casa do último morgado de Idanha-a-Velha, António de Pádua e Silva Leitão Marrocos (1879-1957), grande latifundiário da região, coleccionador e numismata. As obras efectuadas nesta residência familiar não seriam terminadas, tendo a família, após a morte de António Marrocos, e volvidos cerca de trinta anos, interrompido as mesmas e optado por outras casas de dimensões mais reduzidas e com maiores comodidades. Eventualmente, tal situação pode ter levado a uma degradação das estruturas e espaços da Casa de Marrocos, a qual se encontrando nesta data devoluta.

A importância e especificidade deste imóvel no panorama da aldeia, aliadas ao facto de o mesmo se encontrar edificado próximo das ruínas do fórum da antiga cidade romana, levariam a que a Casa de Marrocos fosse abrangida pela protecção conferida ao conjunto arquitectónico e arqueológico de Idanha-a-Velha, o qual se encontra classificado como Monumento Nacional, desde 1997, através do decreto nº67197, DR, 1ª série B, nº301, de 31 de Dezembro de 1997. Posteriormente, o imóvel foi adquirido pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova aos descendentes da família Marrocos, com o intuito de reconvertê-lo num espaço ao serviço da população. Neste contexto, em Fevereiro de, foi celebrado um memorando de entendimento entre o município, o Turismo de Portugal e o Estado Português, tornando a Casa de Marrocos num dos imóveis afectos ao programa REVIVE. Pretende-se, deste modo, a sua revitalização através da implementação de um equipamento turístico de elevada qualidade, que possibilitará “a fruição destes espaços esquecidos, evitando assim a sua degradação e consequente perda, bem como permitirá devolver estes espaços à aldeia, preservando o seu papel enquanto elemento diferenciador da paisagem” (REVIVE:2017, 7).

A Casa de Marrocos: proprietários e contexto de edificação

A história da Casa de Marrocos é indissociável da história família Marrocos, dado que o imóvel foi concebido com a função de residência oficial desta família, uma das mais importantes da região idanhense. De acordo com informações locais, os Marrocos uniram-se, por casamento, aos Manzarra Franco, outra das grandes famílias da região, pelo que, por

sucessivas heranças familiares, tornaram-se proprietários de cerca de 98% dos solos da freguesia de Idanha-a-Velha, aos quais se juntariam ainda outras terras localizadas nas freguesias vizinhas. A agricultura e a pecuária constituíam as principais actividades económicas destas propriedades, nas quais trabalhava a quase totalidade da população local, em regime de assalariado.

No que respeita ao contexto de edificação da Casa de Marrocos, a significativa campanha de ampliação de que foi alvo, ao ponto de hoje ser difícil identificar as estruturas primitivas, terá tido origem, segundo e apenas através da memória popular, num episódio familiar em que António Marrocos ficara com o orgulho ferido por a namorada de um dos filhos, chegada a Lisboa, se ter demonstrado decepcionada com a habitação modesta onde a família Marrocos residia em Idanha-a-Velha. Assim, mandou construir uma casa nova, de grandes dimensões, na sua propriedade, cuja edificação se prolongaria por mais de três décadas, tendo sido suspensa pelo filho Frederico, permanecendo parte da habitação inacabada.

A Casa de Marrocos no contexto da arquitectura doméstica nacional em meados do século XX: *O Português Suave*.

Do ponto de vista estilístico, a Casa de Marrocos apresenta diversas marcas, quer construtivas, quer decorativas, que tornam possível a sua inserção na tipologia designada como *Português Suave*, a qual vigorou fundamentalmente entre as décadas de 30 e 50 do século XX, quer no território da metrópole, quer nos das antigas províncias ultramarinas. Frequentemente associado à designada “arquitECTURA do Estado Novo”, o *Português Suave* é demonstrativo da viragem “neo-tradicionalista” da arquitectura portuguesa encetada pelo regime a partir de finais da década de 30, em que às primeiras propostas modernistas, sucederiam novos paradigmas baseados essencialmente “numa revisão, adulteração ou transfiguração das linguagens modernistas, acrescentando-lhes signos revivalistas ou regionalistas”, em consonância com o quadro político e cultural assumidamente nacionalista em vigor (FERNANDES:2003, 23).

Numa tentativa de caracterização dos principais elementos ou arquétipos formais do *Português Suave*, poder-se-ão mencionar a inclusão de volumes torreados, com terminação em coruchéu piramidal ou cónico, normalmente localizados numa ou nas duas extremidades da fachada, numa reminiscência medievalizante; o coroamento do coruchéu com um elemento decorativo em ferro, sendo os mais comuns a esfera armilar e o cata-vento; a inclusão de pináculos em pedra no nível superior da fachada; o emprego de telha de canudo

para a cobertura e o remate em beiral; colunatas nos portais e alpendres de entrada, numa tentativa de equilíbrio face à volumetria longitudinal dos corpos; arcarias de formato de volta inteira, dispostas geralmente ao longo de varandins ou ao nível das entradas do piso térreo, conferindo uma maior plasticidade e cadência ao conjunto; entrada principal com decoração barroquizante, inspirada no trabalho de cantaria dos solares seiscentistas e setecentistas, em que a parte superior é encimada por decoração em formato de aletas ou de um painel contendo relevos escultóricos figurativos; janelas de sacada, em formato quadrangular ou rectangular, com emolduramento saliente em pedra; guardas de ferro forjado em varandas pintados de verde; elementos de pedra rusticada, socos, cunhais e guarnições de cantaria; caiação ou emprego de cores claras nas superfícies exteriores.

No que concerne ao sector específico da habitação, a vigência e preferência pelo *Português Suave* ao longo destes anos numa grande parte da arquitectura doméstica encontra as suas origens na campanha da “casa portuguesa”, encetada na viragem para novecentos, e marcada pelo que se considerava ser urgência do “reaportuguesamento da arquitectura portuguesa”. Tal campanha viria, décadas mais tarde, a “alimentar a vertente mais folclórico-ruralista do Estado Novo” (RIBEIRO:1994, 348) que, por via de diversas iniciativas culturais a cargo do SPN (criação do Plano de Pousadas Regionais (1941); concursos e reportagens fotográficas na revista *Panorama*, entre outras), procurou veicular modelos de supostas linguagens arquitectónicas e decorativas comuns, com vista à definição de padrões de gosto para a vida doméstica moderna em território nacional. Consequentemente, “concretiza-se a transposição dos ideais da obra pública para a obra privada, ou seja, as acções do SPN estender-se-ão à construção da moradia unifamiliar. E será no âmbito da moradia unifamiliar que o tradicionalismo vai resultar como veículo de imagem de um nacionalismo baseado na memória e no historicismo” (PEREIRA:2011, 294).

A Casa de Marrocos: Enquadramento urbanístico, arquitectura e artes decorativas

A propriedade em que se encontra localizada a Casa de Marrocos, nela se incluindo não apenas o edifício destinado à habitação da família, mas também um conjunto de outros reservados quer ao alojamento de criados, quer à realização de trabalhos domésticos e agrícolas, quer ainda à guarda de animais, ocupa um quarteirão de significativas dimensões situado no centro da aldeia de Idanha-a-Velha, delimitado, a norte, pela Rua da Palma, e, a este, pela Rua da Amoreira. A sul da propriedade situa-se a Igreja de Santa Maria, antiga Sé de Idanha-a-Velha, e o conjunto de ruínas romanas correspondentes à antiga cidade Igaeditanorum, perto do antigo fórum (não escavado) localizado no local onde foi implantada

a Torre dos Templários. A oeste encontram-se campos de cultivo, sendo a propriedade delimitada por secções de muros que preenchem as zonas de perímetro entre os vários edifícios do conjunto.

Os dados relativos ao projecto arquitectónico são escassos, desconhecendo-se o seu autor, bem como o ano exacto do início da construção, sendo provável que a mesma se tenha iniciado algures entre 1950 e 1957, ano da morte do seu proprietário e encomendador, António Pádua Marrocos. Como já mencionado, parte do projecto ficaria por concluir, situando-se as divisões inacabadas na ala norte do espaço residencial.



Fig.2- Plantas dos vários pisos dos edifícios que compõem a Casa de Marrocos

Cnt. Sup. Esq. – Piso Térreo; Cnt. Inf. Esq. – Piso 1; Cnt. Sup. Dir. – Piso 2; Cnt. Inf. Dir. – Piso 3

Fonte: Caderno de encargos do projecto REVIVE para este imóvel

Começando pela análise da planta, esta poderá ser dividida em três áreas distintas, dadas as diferentes vocações e funções que as várias construções apresentam: área da família, área de trabalho e área dos animais. Começando pela área da família, esta compreende “todos os espaços de habitação e as estruturas de apoio onde só podiam circular os empregados da casa” (REVIVE:2017, 11). Abrange dois edifícios: o principal (F1), que se desenvolve em

“L” ao longo das alas este e norte, sendo o maior e mais imponente do conjunto; e o secundário (F2), mais pequeno e baixo, localizado em frente ao primeiro.

O edifício principal (F1), de quatro pisos, foi concebido para servir de residência à família Marrocos. O piso térreo apresenta acesso directo para o exterior, funcionando de forma autónoma face aos restantes. Era ocupado com armazéns de produtos e alimentos, a adega e o alambique. No primeiro piso situava-se a “entrada principal da casa, um espaço com um pé direito duplo e uma grande escadaria de granito rodeada pelo escritório e áreas de serviços, nomeadamente a zona de cargas e descargas, a sala de apoio e tratamento de animais e a sala da caldeira. Neste piso tinha início, na zona dos empregados, uma singular escada de caracol, em granito, que servia os três pisos da casa, bem como a lavandaria, engomadoria, a sala de costura, o roupeiro e a sala dos tecidos” (REVIVE:2017, 11).

O segundo andar albergava os espaços nobres e aposentos destinados ao quotidiano da família, sendo a respectiva ala este percorrida por um grande corredor através do qual se teria acesso, à direita, à sala de jantar principal, a uma sala para as refeições diárias, zona da cozinha, despensa e copa. À esquerda situavam-se vários quartos, *suites*, casas de banho e um espaço destinado a capela. De destaca neste piso a presença, ao centro do corredor, a entrada para o torreão de formato cónico, o qual constitui um dos elementos mais distintivos da Casa de Marrocos. Quanto à ala norte do segundo piso, nela localizam-se as divisões inacabadas que seriam destinadas a salões. O terceiro piso albergava, na ala este, os aposentos dos empregados de quarto, bem como o acesso ao topo do torreão através de um desvão do telhado. Na ala norte encontra-se um terraço com acesso pelo exterior, a partir de uma escadaria de tramo recto.

O edifício secundário da designada zona da família (F2) apresenta apenas um piso, formado por um corpo quadrangular, rematado numa das arestas por um torreão cónico, semelhante ao do edifício principal. Neste edifício localizava-se a garagem da família, sendo ainda aproveitado o desvão por cima desta para alojamento de trabalhadores.

Relativamente à segunda área identificada – a área do trabalho-, a mesma é composta por quatro construções de apenas um piso (T1, T2, T3, T4), sendo esta zona separada da família através de um muro de baixa altura. Destinava-se ao exercício das várias tarefas quotidianas levadas a cabo pelos trabalhadores da propriedade, nomeadamente relacionadas com a pecuária. O primeiro edifício, a noroeste, encontra-se dividido em três espaços independentes (T1, T2, T3), destinados a armazéns para ferramentas agrícolas, trabalhos de manutenção da casa e ainda à ferragem do gado. Os restantes três edifícios (T4) apresentam

estruturas arquitectónicas idênticas, situando-se de frente para o primeiro. Neles era alojado o gado, sendo ainda visíveis nos seus interiores manjedouras em granito.

A terceira e última área – a área dos animais- desenvolve-se ao longo da ala sul da propriedade, sendo constituída por vários edifícios que, dispendo-se lado a lado, formam um corredor. Apresentam apenas um piso, à excepção do pombal, o qual se desenvolve ao longo de dois pisos, numa cota próxima à do edifício principal (residência). Assim, adossados ao muro do alçado sul, encontram-se o referido pombal (A1), a casa da matança do porco (A2), uma cozinha, fumeiro e duas salas de apoio (A3). Do lado oposto, e de forma geminada, dispõem-se perto de 20 baterias para albergue de animais, (A4), observando-se ainda, no topo sudoeste, um espaço coberto do tipo alpendre (A5) destinado a funções várias. A zona dos animais encontra-se também separada das restantes por um portão.

A cada uma das áreas analisadas – família, trabalho e animais- correspondem três pátios homónimos, definidos pelos espaços remanescentes entre os vários edifícios existentes nestas três áreas. O pátio da família é composto por uma ampla área de terra batida (872m²), nele se destacando uma magnólia centenária ao centro, onde desembocam as três grandes escadarias em granito que ligam o edifício principal ao exterior. Para além desta, existem ainda mais quatro árvores e um pequeno fontanário embutido na escadaria central e um poço, ambos em granito. Já o pátio do trabalho apresenta-se como o maior dos três (1412m²), salientando-se pelo seu terreiro em calçada de granito, bem como pela presença de uma oliveira. Por último, o pátio dos animais, com uma área mais reduzida (599m²), é formado por um amplo corredor também em calçada de granito. Tal como nos restantes, nele observam-se várias árvores de fruto dispostas em alameda. O acesso ao interior da propriedade é feito através de três entradas distintas, duas delas localizadas na Rua da Palma, situando-se a terceira entrada na Rua da Amoreira (ala este).

Do ponto de vista arquitectónico, a Casa de Marrocos destaca-se face ao restante edificado de Idanha-a-Velha, desde logo pela imponência e dimensão do conjunto, marcado pelo jogo de volumetrias dos corpos que compõem os vários edifícios da propriedade, sendo este aspecto particularmente identificável no edifício com funções residenciais. Os referentes para a concepção do projecto parecem, deste modo, apontar para uma fusão entre a tipologia histórica e regionalista do solar seiscentista e setecentista beirão e um conjunto de soluções formais caras ao *Português Suave*, aplicadas à época de forma algo indiferenciada um pouco por todo o país. Delas são exemplos na Casa de Marrocos a ampla cobertura de telha com beiral, a inclusão de volumes torreados de terminação cónica, uso de pedra nas molduras dos vãos, maioritariamente em formato de sacada ou óculo, alpendres e varandas sustentadas por

pilares e colunelos, trabalhos em azulejo com motivos tradicionais ou revivalistas, arcarias ao nível do piso térreo (vãos das escadarias), uso de pináculos e de elementos diversos em ferro forjado nas terminações das coberturas (cata-ventos, remates) e nos diversos vãos (grades, caixilharia, portões,...), e paredes exteriores pintadas de branco simulando a caiçação.

Já no que concerne às marcas da arquitectura beirã na Casa de Marrocos, os ecos da tipologia do solar barroco podem ser deslindados na tendência longitudinal do edifício principal, bem como na sua solidez e robustez, tendo o grande número de vãos e elementos escultóricos um papel central no aligeiramento da estrutura, ao possibilitarem a alternância entre cheios e vazios ao longo das superfícies parietais. A presença de escadarias de aparato, com bastante empenho na decoração, é outra das marcas revivalistas da habitação senhorial beirã, tal como o emprego de elementos decorativos como mascarões e brasões. A organização da planta segundo o princípio de que o piso térreo é reservado aos animais e arrecadações, e o piso(s) superior(es) à habitação, é outro dos aspectos da arquitectura tradicional beirã que encontra eco na Casa de Marrocos, bem como as duas varandas que na fachada principal e no alçado sul ocupam um lugar de destaque. Se no primeiro caso, existe uma recuperação da tipologia de varandim em galeria cujo suporte da cobertura é realizado com recurso a colunelos, no segundo caso denota-se uma clara inspiração nas tradicionais varandas de madeira que abundam na região, ainda que, no caso da Casa de Marrocos, a grande disponibilidade financeira tenha permitido não só o acrescento de uma cobertura envidraçada, como também a substituição da madeira por estruturas de serralharia ornamentadas. Tal como as varandas tradicionais beirãs, também esta última se encontra voltada a sul, maximizando o aproveitamento da luz solar.

O granito assume-se como o grande protagonista de todo o conjunto, quer enquanto material de construção, quer enquanto suporte para a decoração escultórica. Todas as paredes são de alvenaria granítica, rebocada e pintada na maioria dos casos. Os pavimentos do piso térreo, varandas e terraço do edifício residencial, bem como de outros espaços nas áreas do trabalho e dos animais são igualmente revestidos a granito, também empregue nos muros da propriedade. Do ponto de vista decorativo, salienta-se o trabalho escultórico em pilares, colunelos, guardas de varandas, escadarias, passadiços, e composições figurativas que decoram desaguadouros, fontanários, lintéis de portas, entre outros. Tais elementos escultóricos, pelo seu talhe cuidado e pormenorizado, constituem um dos grandes pontos de interesse da Casa de Marrocos, reflectindo o empenho e investimento financeiro depositados

na sua edificação². As formas e motivos decorativos empregues remetem para um ideário revivalista barroquizante (mascarões, brasões, pináculos piramidais, terminações de frisos em aletas), mas também para um universo regionalista (entrançados), e ainda para reminiscências da arquitectura tardo-oitocentista (capitéis das pilastras da varanda do alçado sul, terminações esféricas dos pilares que ladeiam os portões). Uma tendência mais geometrizar, próxima da *art deco*, pode, no entanto, ser encontrada nas terminações em coluna da escadaria do alçado sul, contribuindo a fusão de todos estes *estilos* para um certo hibridismo de todo o conjunto.

O motivo de entrançado, pela sua repetição em vários elementos – guardas das varandas, escadarias, passadiços e “tímpano” escultórico na ala sul- assume uma maior notoriedade, sendo evocativo das cestas de vime tradicionais da região. Cada segmento do mesmo terá sido executado a partir de um bloco único de granito. A presença do granito é ainda observável nas já referidas molduras que envolvem janelas e portas em todos os edifícios da Casa de Marrocos, assim como em pilastras, cunhais e socos.

No que diz respeito às restantes artes decorativas, a autoria e locais de produção das mesmas são desconhecidas, sendo, contudo, de supor que terão sido executadas em oficinas/ateliers da região. Ressalvam-se os vários trabalhos de serralharia no gradeamento de vãos, sobressaindo a estrutura de caixilharia que integra a varanda do alçado sul, a qual, ao centro, junto à cobertura, assume um formato semicircular de grande decorativismo. O motivo de círculos entrelaçados presente na parte superior da caixilharia é novamente encontrado nas grades de algumas portas e janelas, sendo digna de menção a ornamentação dos portões, próxima de um revivalismo oitocentista. Motivos vegetalistas semelhantes aos encontrados nos bordados típicos de Castelo Branco podem também ser deslindados numa grade de um grande vão no primeiro piso. O catavento com terminação zoomórfica (cavalo (?)/dragão (?)) é outro dos principais elementos de serralharia. A aplicação de composições azulejares de padrões geométricos e vegetalistas em zonas exteriores do edifício residencial – lambris do alpendre da ala norte e do varandim do segundo piso, superfícies junto ao fontanário– contribui igualmente para a animação do conjunto.

Relativamente ao interior, sublinham-se os trabalhos em *boiserie* (madeira) em corredores e divisões do segundo piso da ala este do edifício principal, correspondentes às

²Numa das várias páginas *web* consultadas, é referido que o autor dos diversos trabalhos escultóricos da Casa de Marrocos terá sido Domingos Cartola, escultor local que “durante mais de trinta anos, todos os dias, percorreu de bicicleta a estrada de Medelim a Idanha-a-Velha” para executar a dita encomenda. Todavia, no *site* em questão não são mencionadas quaisquer fontes para esta informação, carecendo, por isso, tal proposta de autoria de mais dados que assegurem a sua confirmação. (Cf. <https://viagens.sapo.pt/viajar/viajar-portugal/artigos/esteve-30-anos-a-ser-construida-mas-foi-abandonada-agora-idanha-a-velha-revive-a-casa-marrocos>).

zonas privadas de habitação da família Marrocos. Para além de revestimentos de lambris, subsistem ainda algumas peças de mobiliário por se encontrarem embutidas na superfície parietal. Ainda neste piso, enquanto alguns dos quartos de banho apresentam paredes e pavimento revestidos a mármore, noutros foram apenas aplicados revestimentos azulejares e lajeado.

Para zonas utilitárias como cozinhas, despensas e copas foram utilizados revestimentos azulejares de menor custo e investimento decorativo, à excepção de alguns espaços onde se observa a opção pelo mosaico hidráulico. Os elementos que obtêm maior destaque são, por isso, a já mencionada escada em caracol que percorre os vários pisos da habitação, pelo talhe cuidado dos seus elementos em granito, bem como a estrutura a partir da qual se desenvolve o volume torreado que, pelas suas diversas janelas, simula um efeito de clarabóia, permitindo a penetração de luz zenital. Nos interiores dos restantes edifícios, correspondentes respectivamente às áreas do trabalho e dos animais, pelo seu cariz funcional, destaca-se a sobrevivência de lavatórios, manjedouras e bancos também executados em granito.

Considerações finais

A importância e destaque que a Casa de Marrocos apresenta no panorama da arquitectura e história recentes de Idanha-a-Velha levam a que a recuperação e atribuição de novas funções a este imóvel constitua uma mais-valia não apenas para a aldeia, mas também para o concelho, que verá assim um dos seus principais exemplares de arquitectura doméstica novecentista recuperado e reconvertido para usufruto público.

A intervenção a realizar deve, “em termos patrimoniais, respeitar e cumprir toda a legislação específica aplicável a um imóvel classificado como Monumento Nacional. Será fundamental preservar a coerência e leitura global do conjunto, tendo particular atenção às opções construtivas, os tipos de infra-estruturas e materiais a aplicar, bem como qual a sinalética a utilizar, de forma a permitir uma melhor integração destes novos elementos com o existente, não desvirtuando a imagem do imóvel” (REVIVE:2017, 15). A Casa de Marrocos apresenta, por isso, três níveis de protecção nas suas estruturas, abarcando o nível I – protecção total – o topo sul (varanda em caixilharia) e a varanda do segundo do edifício residencial, bem como as três escadarias existentes no pátio da família, pelo seu trabalho pormenorizado de cantaria em granito. Também a adega, alambique e espaço de ferrar o gado, pela sua relação com a antiga vivência quotidiana da Casa de Marrocos, devem ser

totalmente preservados, através de uma restituição das suas características originais, caso as mesmas tenham sido alteradas ou desvirtuadas.

No que respeita ao nível II – protecção parcial – nele integram-se os restantes edifícios do conjunto, à excepção dos espaços para o gado existentes na área dos animais. Os muros e as escadas que separam os diferentes pátios, bem como os muros que delimitam a propriedade encontram-se igualmente abrangidos por este nível de protecção.

Por último, o nível III – sem protecção – engloba os vários albergues para os animais, assim como os três pátios no interior da propriedade. “Nos edifícios que se destinavam aos animais é possível aumentar a sua altimetria, sendo também possível alterar e até demolir o interior destas edificações, mas as fachadas em cantaria de granito devem ser preservadas. Quanto aos pátios, pretende-se que seja mantido o seu carácter rural, bem como preservadas as árvores existentes” (REVIVE:2017, 17).

Consequentemente, no que concerne aos principais elementos notáveis do conjunto a preservar e recuperar devem ser mencionados, no exterior, os elementos em granito executados localmente: escadaria e varandim norte (1), escadaria central e fonte (5), escadaria sul (8), varanda principal (7), pilares de sustentação dos portões em granito e desaguadouros (9). Os elementos em serralharia, como as caixilharias dos vãos do topo sul do edifício residencial (11), puxadores e grades da cozinha de trabalhadores (6), portão de transição entre pátios, pilares e estrutura nos alpendres (trabalho e animais) (12), cata-vento (10) e grades da sala de cargas e descargas reproduzindo desenhos de bordados de Castelo Branco (2) são igualmente pontos altos da construção. Interiormente ressalvam-se, no edifício principal, a escada em caracol (4), os pavimentos em granito na sala de cargas e descargas (2) e no alpendre do 1º piso (3), e as manjedouras no albergue para o gado (13) e nas pocilgas (14).

Bibliografia

ANDRÉ, Paula, *Etnogenia, Fotogenia, Etnologia, Arquitectura Popular na primeira metade do século XX em Portugal*. In *In Arquitectura Popular: Tradição e Vanguarda/Tradición y Vanguardia*, Coord. Paula André, Carlos Sambricio. Lisboa: ISCTE, 2016

CRISTÓVÃO, José, *A Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha. Guia para uma visita*. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2002

FERNANDES, Inácio Peres; TAÍNHA, Manuel Mendes; PAULA, Rui Mendes de; BOTELHO, José Rafael (coord.), *Arquitectura Popular em Portugal, Vol.1– Edição do Sindicato Nacional dos Arquitectos*. Lisboa: Gráfica São Gonçalo, Lda. e Neogravura, Lda., 1961

FERNANDES, José Manuel, *Português Suave – Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: Ministério da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003

_____, *Da “casa portuguesa” ao “Português Suave” ou algumas variações sobre o tema dos telhados pombalinos* In *Revista Monumentos*, nº30, Dezembro 2009, pp. 88- 97

FRANÇA, José-Augusto, *A Arte Portuguesa no século XIX*. Vol. II. Lisboa: Bertrand Editores, 1966

_____, *Os Anos 40 na Arte Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982

LINO, Raul, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar de casas simples*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1933

_____, *L’Evolution de L’Architecture Domestique au Portugal – Essai*. Lisbonne: Institut Français au Portugal, 1937

_____, *Vicissitudes da casa portuguesa nos últimos cinquenta anos* In *Ver e Crer*, nº8, 1945

_____, *O Romantismo e a “Casa Portuguesa”* In *Estética do Romantismo em Portugal – I Colóquio*. Lisboa: Grémio Literário, 1970, pp. 205-210

_____, *A Nossa Casa: Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*. Sintra: Colares Editora, 2015 [1918]

NEVES, Henrique das, *A Cava de Viriato*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana, 1893

PEIXOTO, Rocha, *Habitação. Os Palheiros do Litoral. Portugália. Materiais para o estudo do ser português - Tomo I*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1898

RIBEIRO, Irene, *Raul Lino: Pensador Nacionalista da Arquitectura*. Porto: FAUP, 1994

_____, *Raul Lino: nacionalismo e pedagogia* In *Revista da Faculdade de Letras*, série II, vol. 11, 1994, pp. 341-352

RIBEIRO, Orlando, *Opúsculos Geográficos, Vol.4 – O Mundo Rural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991

RODRIGUES, Paulo Simões, *Das origens da arquitectura popular em Portugal no século XIX: Arqueologia de uma ideia*. In *Arquitectura Popular: Tradição e Vanguarda/Tradición y Vanguardia*, Coord. Paula André, Carlos Sambricio. Lisboa: ISCTE, 2016

SIMÕES, Veiga, *A nova geração do neo-lusitanismo In Os Serões*, nº XXX, xx-xx-1906, pp.206-207

TÁVORA, Fernando, *O problema da Casa Portuguesa. Cadernos de Arquitectura*. Lisboa: 1947

TOSTÕES, Ana, *Arquitectura Moderna e Obra Global a partir de 1900 In Arte Portuguesa-Da Pré-História ao século XX*, coord. Dalila Rodrigues. Lisboa: Fubu Editores, 2009

Em linha

Idanha: Casa de Marrocos pronta a entregar ao investidor [<http://www.rcb-radiocovadabeira.pt/pag/36410>]

Idanha-a-Velha “Revive” a Casa Marrocos [<https://whotrips.com/2017/06/07/idanha-a-velha-revive-a-casa-de-marrocos/>]

COELHO, Sandra Margarida Leão Pereira, *Habitação para as elites lisboetas do Estado Novo: Biografia de um “Português Suave” no bairro do Areeiro*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Lisboa: Instituto Superior Técnico, 2015
[<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/281870113702496/Dissertacao.pdf>]

FERNANDES, José Manuel, *A Arquitectura em Portugal nos Anos 1930-40. Do “Modernismo” ao “Estado Novo”: Heranças, Conflitos, Contextos In Actas do V Congresso Docomomo*. Barcelona, 2005
[https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/2364/60_67_manuel_fernandes.pdf]

PEREIRA, Luís Manuel Pires, *Arquitectura Portuguesa Anos 30-50: atitude e crise de identidade: elementos para a construção de um percurso*. Tese de Doutoramento em Arquitectura. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 2011
[http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/444/1/da_luis_pereira_tese.pdf]

TRIGUEIROS, João, *Casa de Marrocos (Séc. XIX-XX) - Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova* [<https://heraldicagenealogia.blogspot.pt/2014/06/casa-de-marrocos-sec-xix-xx-idanha.html>]